



DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE STOCKS

Caderno de Encargos

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO N.º 05/25

(Nos termos do disposto na al. a), b), c) ou d), do n.º 1 do art.º 20.º do CCP)

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1ª

Objeto

1.1. O presente procedimento tem por objeto a “Prestação de Serviços de Desenvolvimento das atividades de Escola a Tempo Inteiro - Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nas Escolas da rede Pública do Município da Lousã, para o ano letivo 2025/2026”.

1.2. O Objeto do concurso compreende 4 (quatro lotes), sendo admitidas propostas para um deles, ou para todos os lotes, mas neste último caso, as propostas devem ser submetidas separadamente por lote:

- **Lote 1** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância da Lousã, Jardim de Infância de Santa Rita e Jardim de Infância do Freixo;
- **Lote 2** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância das Fontainhas;
- **Lote 3** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância de Serpins;
- **Lote 4** - Aquisição de serviços Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC

1.3. A concretização dos trabalhos da prestação de serviços de aluguer de contentores, rege-se de acordo com as especificações técnicas e referência a aspetos essenciais, constantes do caderno de encargos do procedimento, especificadas para cada lote.

Cláusula 2ª

Preço base

1 - Pelo aluguer do objeto do contrato a celebrar o Município da Lousã dispõe-se pagar ao fornecedor o preço base global de **411.000,00€ (quatrocentos e onze mil euros)**, acrescido de IVA a taxa em vigor, sendo o preço máximo a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato distribuído por lote da seguinte forma:

- **Lote 1** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância da Lousã, Jardim de Infância de Santa Rita e Jardim de Infância do Freixo: **220.000,00€ (duzentos e vinte mil euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

- **Lote 2** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância das Fontainhas: **27.500,00€ (vinte e sete mil, e quinhentos euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

- **Lote 3** - Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância das Serpins: **27.500,00€ (vinte e sete mil, e quinhentos euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

- **Lote 4** - Aquisição de serviços Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC: **136.000,00€ (cento e trinta e seis mil euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

2- Os preços constantes no número anterior são o preço máximo aceite a ser apresentado em sede de proposta.

3 - O preço base fixado no parágrafo anterior fundamenta-se nos custos médios unitários, do ano letivo de 2024/2025, e tendo como referência o número de alunos do ano letivo anterior, e o aumento espetável da rede escolar e consequentemente o aumento de n.º de alunos a frequentar as AAAF e AEC, assim:

- a) No referente aos lotes 1 a 3, ao preço base referido no n.º 1 poderá acrescer um valor por criança extra, nos termos previstos nas "Especificações Técnicas", para cada lote, até ao limite máximo aí definido. O preço por criança extra será p resultante do valor da proposta dividido pelo número de crianças inicial;
- b) Relativamente ao lote 4, o valor por turma extra será o resultante do valor da proposta dividido pelo número de turmas inicial.

Cláusula 3ª

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - Será realizado um contrato por cada lote.

3 - O clausulado do contrato deverá conter os seguintes elementos:

- a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
- b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
- c) A descrição do objeto do contrato;
- d) O preço contratual ou o preço a receber pela entidade adjudicante ou, na impossibilidade do seu cálculo, os elementos necessários à sua determinação;

- e) O prazo de entrega;
- f) Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário;
- g) A referência à caução prestada pelo adjudicatário;
- h) Se for o caso, a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa;
- i) A identificação do gestor do contrato em nome da entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º -A;
- j) As eventuais condições de modificação do contrato expressamente previstas no caderno de encargos, incluindo cláusulas de revisão ou opção, claras, precisas e inequívocas.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4ª

Prazo de Execução

1 - O contrato entra em vigor na data da sua outorga, com a seguinte duração:

- **Lote 1, 2 e 3** - 11 meses, de 01/09/2025 a 31/07/2026;
- **Lote 4** - 10 meses, de 12/09/2025 a 26/06/2026.

Capítulo II

Obrigações Contratuais

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I

Disposições Gerais

Cláusula 5ª

Obrigações principais do adjudicatário

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a)** Obrigação de cumprir integralmente o indicado nas **Especificações Técnicas** do Caderno de Encargos.
- b)** Comunicar, antecipadamente, à Câmara Municipal os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços do presente procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- c)** O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais quem sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- d)** Obrigação de executar os serviços identificados na sua proposta, de acordo com as especificações técnicas exigidas e anexas ao presente caderno de encargos;
- e)** Obrigação de cumprir os prazos de entrega referidos no presente caderno de encargos;
- f)** Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- g)** Obrigação de manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- k)** Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

2 - O adjudicatário é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante decorrentes de quaisquer erros ou omissões na prestação do serviço.

Cláusula 6.ª

Conformidade do serviço

1 - O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público o serviço objeto do Contrato de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos e restantes peças do procedimento.

Cláusula 7.ª

Local da Prestação do serviço

1 – De acordo com o definido nas especificações técnicas no presente documento para cada um dos lotes a concurso.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 8ª

Objeto do dever de sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Lousã, de que possa ter conhecimento por conta da execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público, à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 - O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse, cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

5 - Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação, por parte de particulares, sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

6 - O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

7 – O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II
Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 9.ª

Preço Contratual

1 - Pelo procedimento objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município da Lousã deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, para cada lote, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a qual não poderá ser superior ao valor base referido na cláusula 1.ª do presente caderno de encargos.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 10.ª

Modificações Contratuais

Nos termos previstos no artigo 312º do CCP.

Cláusula 11ª

Condições de pagamento

1 - As quantias devidas pelo Município da Lousã), deve(m) ser paga(s) de acordo o definido nas especificações técnicas do caderno de encargos e após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação.

2 - Em caso de discordância por parte do Município da Lousã, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, no prazo 30 dias, ou atuar de acordo com as normas contabilísticas legalmente aceites.

3 - A(s) fatura(s) referente ao presente contrato só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação que lhes subjaz, a emitir mensalmente, e fazer obrigatoriamente referência aos respetivos números de cabimento e de compromisso.

4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas através de transferência bancária para o IBAN indicado pelo prestador respetiva.

Cláusula 12.ª

Obrigatoriedade de faturação eletrónica

- a)** De acordo com a Diretiva 2014/55/EU e DL n.º 123/2018, de 28/12, na sua redação atual, a partir de 18 de abril de 2020, o contraente público fica obrigada a receber faturas eletrónicas no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.
- b)** Até 31 de dezembro de 2020, os cocontratantes podiam utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos pelo artigo 299.º-B do DL n.º 111-B/2017, de 31/08, tornando-se obrigatória a sua utilização a partir desse momento.
- c)** O prazo referido no número anterior é alargado até 31 de dezembro de 2025 para as micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, e para as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes;
- d)** O modelo integrado de receção de faturação eletrónica adotado pelo contraente público é o EDI (Intercâmbio Eletrónico de Dados), tendo o cocontratante o dever de remeter os seus documentos de débito através de interligação do seu software de faturação com a plataforma Saphety.

Capítulo III

Cláusula 13.ª

Penalidades contratuais e resolução

Nos termos dos artigos 329.º e 332.º do CCP.

Cláusula 14ª

Casos fortuitos ou de força maior

- 1** - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior – entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar – for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
- 2** - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
- 3** - Não constituem força maior, designadamente:
- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município da Lousã pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, na execução do objeto do contrato.

2 - O incumprimento, por parte do adjudicatário, confere, nos termos gerais do direito, ao contraente público, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.

3 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município da Lousã.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do cocontratante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 - O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 - Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Lousã, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Clausula 17.º

Foro competente

A resolução de litígios emergentes do contrato decorrente do presente procedimento de contratação obedecerá ao disposto no art.º 476.º do CCP.

Capítulo IV

Disposições Finais

Cláusula 18.º

Subcontratação e cessão da posição contratual

1 - A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - Atento o disposto no número anterior, o adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual no contrato, ou qualquer dos direitos ou obrigações que dele decorram, sem autorização, prévia e por escrito, do contraente público.

3 - Para efeitos da autorização referida no número anterior, o cessionário deve apresentar toda a documentação exigida ao fornecedor no âmbito do procedimento que deu origem ao contrato.

4 - O cessionário, que deve deter a necessária capacidade técnico-financeira para assegurar o bom, exato e pontual cumprimento do contrato, deve comprovar, designadamente, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 19º

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20ª

Contagem dos prazos na fase de formação dos contratos e da execução dos contratos

A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos e da execução dos contratos, far-se-á nos termos respetivamente do artigo 470º e do artigo 471º do CCP.

Cláusula 21ª

Gestor do Contrato

Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, informa -se que o gestor de contrato será identificado no contrato a celebrar na sequência do presente procedimento.

Cláusula 22ª

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na redação atual, e demais legislação portuguesa em vigor.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

“Prestação de Serviços de Desenvolvimento das atividades de Escola a Tempo Inteiro - Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), nas Escolas da rede Pública do Município da Lousã, para o ano letivo 2025/2026”

1 – OBJETO

O objeto do presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento que tem por objeto principal a aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades de Escola a Tempo Inteiro nas Escolas da Rede Pública no Município da Lousã, nomeadamente Atividades de Apoio à Família (AAAF), e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), de acordo com as especificações técnicas abaixo descritas.

2 - ESPECIFICAÇÕES GERAIS

2.1 LOTE 1

Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância da Lousã, Jardim de Infância de Santa Rita e Jardim de Infância do Freixo

2.1.1 Objeto do Contrato

A presente prestação de serviços tem como objeto a dinamização das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) em estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Município da Lousã, nomeadamente no Jardim de Infância da Lousã, Jardim de Infância de Santa Rita e Jardim de Infância do Freixo, garantindo um serviço de qualidade, adequado às necessidades das crianças e das famílias.

2.1.2 Destinatários

Crianças que frequentam a educação pré-escolar nos estabelecimentos de ensino da rede pública do Município da Lousã, nomeadamente no Jardim de Infância da Lousã, Jardim de Infância de Santa Rita e Jardim de Infância do Freixo.

O número de grupos a constituir é igual ao número inteiro superior mais próximo do resultado da divisão do número de crianças por 30, podendo os grupos, fisicamente, chegar a um número superior ou inferior, a definir por acordo entre as partes, e salvaguardadas eventuais situações excecionais.

2.1.3 Modelo de Funcionamento

- a) O prestador deverá organizar as atividades garantindo um funcionamento contínuo e devidamente estruturado, sem interrupções que prejudiquem a rotina das crianças.
- b) As atividades devem ser organizadas de forma rotativa, assegurando diversidade e equilíbrio entre momentos de lazer, movimento e descanso.

2.1.4 Período de Funcionamento

- a) O serviço funcionará de acordo com o calendário escolar definido pelo Agrupamento de Escolas da Lousã e pelas orientações municipais.
- b) As AAAPF deverão decorrer nos seguintes períodos:
 - Antes do início das atividades letivas diárias (antecipação de horário): tendencialmente entre as 7h30 e as 9h00;
 - Após o término das atividades letivas diárias, das 15h00 às 19h00;
 - Durante as pausas letivas, conforme necessidade e disponibilidade das escolas e das famílias, das 7h30 às 19h00, incluindo o acompanhamento na hora de almoço.

2.1.5 Local de Prestação do Serviço

O serviço será prestado nas instalações dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Município da Lousã, nomeadamente no Jardim de Infância da Lousã, Jardim de Infância de Santa Rita e Jardim de Infância do Freixo, utilizando as salas, recreios cobertos e descobertos e outros espaços adequados ao desenvolvimento das atividades:

- a) Jardim de Infância da Lousã, sito na Rua Prof. Correia de Seixas, 3200-219 Lousã.
- b) Jardim de Infância e EB1 de Sta. Rita, sito na Rua Delfim Ferreira, 3200-271 Lousã.
- c) Jardim de Infância do Freixo, sito no Freixo, 3200-377 Lousã.

2.1.6 Tipologia das Atividades

As atividades a desenvolver devem ser de caráter:

- 1** - Lúdico-pedagógico, promovendo a criatividade, a expressão artística, a motricidade e a socialização.
- 2** - Cultural e recreativo, incluindo expressões plásticas, dramáticas e musicais, jogos tradicionais, contos e dramatizações.
- 3** - Desportivo e motor, com dinâmicas de movimento, dança e atividades de coordenação motora.
- 4** - Relaxamento e bem-estar, garantindo momentos de descanso e descontração para as crianças.

2.1.7 Recursos Humanos

O prestador de serviços deverá assegurar a presença de profissionais qualificados, nomeadamente:

- a)** Técnicos com formação mínima ao nível do 12.º ano, preferencialmente com formação superior na área da educação, animação sociocultural, desporto ou áreas afins, devidamente credenciados, e domínio da língua portuguesa escrita e falada;
- b)** A proporção mínima de técnicos por criança deverá respeitar a legislação em vigor, garantindo um acompanhamento seguro e individualizado.

2.1.8 Obrigações do Prestador de Serviço

O prestador de serviço compromete-se a:

- a)** Assumir a responsabilidade direta na guarda e vigilância das crianças inscritas nas Atividades de Animação e de Apoio à Família, desenvolvendo através de programas específicos, atividades de carácter lúdico, cultural e recreativo, em interligação com o Município da Lousã, Direção do Agrupamento de Escolas e Educadores de Infância dos respetivos Jardins de Infância;
- b)** Dar cumprimento às instruções emanadas pelos serviços competentes da DGEstE e do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra, nomeadamente em matéria de funcionamento desta Componente de Apoio à Família;
- c)** Enviar à Responsável pela Ação Social e à Unidade de Educação da CML, com antecipação de quinze dias relativamente ao início de cada interrupção letiva, uma listagem com as crianças que irão frequentar as Atividades e Animação e de Apoio à Família no referido período;
- d)** Enviar a listagem dos respetivos/as animadores/as até dia 31 de agosto de 2025;
- e)** Garantir que os/as animadores/as estejam devidamente identificados/as com o nome e a entidade a que pertencem;
- f)** Dar conhecimento ao Município da Lousã de eventuais alterações que surjam ao longo do ano, sempre que possível com antecedência ou após 48 horas da respetiva alteração, com conhecimento do Agrupamento de Escolas.
- g)** Acompanhar o lanche das crianças dos Jardins de Infância da Lousã, Stª Rita e Freixo, durante os períodos letivos e não letivos;
- h)** Assegurar o acompanhamento das crianças, por solicitação do Agrupamento de Escolas, nas ausências previstas dos educadores de infância, atendendo às seguintes circunstâncias, de acordo com o Regulamento do Agrupamento de Escolas da Lousã:
 - Com aviso mínimo de dois dias úteis de antecedência;
 - No máximo de cinco dias consecutivos, com o apoio da assistente operacional de sala;

- i) Assegurar a qualidade das atividades, respeitando os princípios educativos e pedagógicos da educação pré-escolar.
- j) Garantir a segurança e o bem-estar das crianças durante todo o período de prestação do serviço.
- k) Enviar o plano de atividades estruturado e ajustado às necessidades das crianças, ao Município da Lousã e ao Agrupamento de Escolas, até ao dia 17 de outubro de 2025.
- l) Cumprir o plano de atividades apresentado e aprovado pela entidade contratante.
- m) Assumir e proporcionar ações de formação adequadas aos recursos humanos.
- n) Promover uma comunicação eficaz com os encarregados de educação e com a coordenação educativa do município.
- o) Manter um registo de assiduidade das crianças e dos técnicos afetos ao serviço.
- p) Remeter informação sobre as atividades que decorrem fora das instalações escolares para efeitos de seguro escolar.
- q) Garantir a limpeza dos espaços (Salas, WC'S e Halls) durante os períodos letivos e não letivos.
- r) Garantir o cumprimento das regras constantes do Código de Práticas Internacionais Recomendadas – Princípios Gerais de Higiene Alimentar (Norma ISO 22000), por parte das monitoras, quando se encontram no interior dos Refeitórios Escolares, durante os períodos de interrupção letiva, especificando:
 - Uso de bata;
 - Uso de touca, com proteção de todo o cabelo;
 - Unhas limpas curtas e sem verniz;
 - Não utilização de adornos (anéis, brincos, pulseiras, colares, relógios, piercings, entre outros).
 - Proteção de feridas, cortes e arranhões nas mãos;
 - Comunicação de eventuais doenças infetocontagiosas.
- s) Responder de forma célere e eficaz a eventuais ocorrências ou necessidades identificadas pela entidade contratante.
- t) Assegurar a proteção de dados pessoais, nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD – Regulamento (UE) 2016/679), garantindo a confidencialidade, integridade e segurança da informação relativa às crianças, encarregados de educação e demais elementos da comunidade educativa.

2.1.9 Monitorização e Avaliação

- 1 A Supervisão pedagógica e acompanhamento das atividades desenvolvidas nas Atividades de Animação e de Apoio à Família é da competência do Agrupamento de Escolas.

- 2** O prestador deverá assegurar mecanismos de monitorização e avaliação contínua do serviço, incluindo relatórios periódicos sobre o funcionamento das AAAF, a participação das crianças e a avaliação das atividades desenvolvidas, nomeadamente através de:
- a)** Envio ao Município da Lousã de Registos de assiduidade das crianças e dos profissionais, mensalmente até ao dia 08;
 - b)** Envio de relatórios ao Município da Lousã e ao Agrupamento de Escolas:
 - execução do serviço do ano de 2025 até ao dia 8 de janeiro de 2026.
 - execução do serviço do ano de 2026 até ao dia 08 de agosto de 2026.
 - c)** Relatórios de incidentes ou ocorrências relevantes.
- 3** O serviço será supervisionado pela entidade contratante, que poderá realizar visitas regulares para garantir a qualidade das atividades.

2.1.10 Material e Equipamento

- 1** - O prestador deverá garantir e disponibilizar os materiais básicos necessários para a realização das atividades propostas, incluindo jogos, materiais lúdicos - pedagógicos, desportivos e de expressão artística.
- 2** - Sempre que necessário, poderá ser utilizado o material já existente nas escolas, desde que autorizado pela entidade contratante, articulado previamente.
- 3** - O prestador deve respeitar e manter em boas condições os espaços disponibilizados para a realização das AAAF.

2.1.11 Normas de Segurança e Proteção

- 1** - O prestador de serviços deverá cumprir as normas de segurança e proteção infantil em vigor, garantindo que todas as atividades decorrem num ambiente seguro e adequado às crianças.
- 2** - Todos os profissionais afetos ao serviço deverão possuir certificado de registo criminal atualizado, conforme exigido pela legislação aplicável para o trabalho com menores.

2.1.12 Duração e Condições do Contrato

- 1** - O contrato terá a duração de 11 meses e decorrerá durante o ano letivo 2025/2026, com início a 1 de setembro de 2025 e término a 31 de julho de 2026.
- 2** - O prestador deve garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos e a manutenção da qualidade ao longo de todo o período de execução do serviço.

2.1.13 Requisitos Mínimos Necessários à Prestação do Serviço

A entidade contratada deve cumprir os seguintes requisitos mínimos para garantir a qualidade, segurança e eficácia do serviço prestado:

- 1** - Qualificação e Experiência da Entidade Contratada

- a) Ser uma entidade legalmente constituída, com experiência comprovada na prestação de serviços definida no Objeto do Contrato (dinamização das Atividades de Animação e Apoio à Família em estabelecimentos de educação pré-escolar).
- b) Possuir histórico de prestação de serviços semelhantes em estabelecimentos de ensino ou em contextos educativos e sociais.
- c) Apresentar evidências de boas práticas na execução de atividades lúdico-pedagógicas dirigidas a crianças em idade pré-escolar.

2.1.14. Valor Base estimado

Para o ano letivo de 2025/2026, o valor base estimado foi calculado tendo como referência o número de alunos total do pré-escolar do ano letivo anterior, nomeadamente no Jardim de Infância da Lousã, Jardim de Infância de Santa Rita e Jardim de Infância do Freixo, 295 alunos, estima-se a constituição de 8 grupos e uma previsão de 20 crianças extra.

2.1.15 Condições de pagamento

- 1 - Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 60 (sessenta) dias úteis em relação à data do respetivo vencimento.
- 2 - Os pagamentos serão mensais.
- 3 - A fatura só poderá ser apresentada no final de cada mês, tendo a descrição do serviço efetuado e respetivo local, durante o mês em questão.

2. 2 Lote 2

Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAP Jardim de Infância das Fontainhas

2.2.1 Objeto do Contrato

A presente prestação de serviços tem como objeto a dinamização das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAP) em estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Município da Lousã, nomeadamente no Jardim de Infância das Fontainhas, garantindo um serviço de qualidade, adequado às necessidades das crianças e das famílias.

2.2.2 Destinatários

Crianças que frequentam a educação pré-escolar nos estabelecimentos de ensino da rede pública do Município da Lousã, nomeadamente no Jardim de Infância das Fontainhas

O número de grupos a constituir é igual ao número inteiro superior mais próximo do resultado da divisão do número de crianças por 30, podendo os grupos, fisicamente,

chegar a um número superior ou inferior, a definir por acordo entre as partes, e salvaguardadas eventuais situações excecionais.

2.2.3 Modelo de Funcionamento

1. O prestador deverá organizar as atividades garantindo um funcionamento contínuo e devidamente estruturado, sem interrupções que prejudiquem a rotina das crianças.
2. As atividades devem ser organizadas de forma rotativa, assegurando diversidade e equilíbrio entre momentos de lazer, movimento e descanso.

2.2.4 Período de Funcionamento

1. O serviço funcionará de acordo com o calendário escolar definido pelo Agrupamento de Escolas da Lousã e pelas orientações municipais.
2. As AAFF deverão decorrer nos seguintes períodos:
 - a) Antes do início das atividades letivas diárias (antecipação de horário): tendencialmente entre as 7h30 e as 9h00.
 - b) Após o término das atividades letivas diárias, das 15h00 às 19h00.
 - c) Durante as pausas letivas, conforme necessidade e disponibilidade das escolas e das famílias, das 7h30 às 19h00, incluindo o acompanhamento na hora de almoço.

2.2.5 Local de Prestação do Serviço

O serviço será prestado nas instalações dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Município da Lousã, nomeadamente no Jardim de Infância das Fontainhas, utilizando as salas, recreios cobertos e descobertos e outros espaços adequados ao desenvolvimento das atividades:

1. Jardim de Infância das Fontainhas, sito nas Fontainhas, 3200 – 086 Gândaras.

2.2.6 Tipologia das Atividades

As atividades a desenvolver devem ser de caráter:

1. Lúdico-pedagógico, promovendo a criatividade, a expressão artística, a motricidade e a socialização.
2. Cultural e recreativo, incluindo expressões plásticas, dramáticas e musicais, jogos tradicionais, contos e dramatizações.
3. Desportivo e motor, com dinâmicas de movimento, dança e atividades de coordenação motora.
4. Relaxamento e bem-estar, garantindo momentos de descanso e descontração para as crianças.

2.2.7 Recursos Humanos

O prestador de serviços deverá assegurar a presença de profissionais qualificados, nomeadamente:

1. Técnicos com formação mínima ao nível do 12.º ano, preferencialmente com formação superior na área da educação, animação sociocultural, desporto ou áreas afins, devidamente credenciados, e domínio da língua portuguesa escrita e falada.
2. A proporção mínima de técnicos por criança deverá respeitar a legislação em vigor, garantindo um acompanhamento seguro e individualizado.

2.2.8 Obrigações do Prestador de Serviço

O prestador de serviço compromete-se a:

- 1 Assumir a responsabilidade direta na guarda e vigilância das crianças inscritas nas Atividades de Animação e de Apoio à Família, desenvolvendo através de programas específicos, atividades de carácter lúdico, cultural e recreativo, em interligação com o Município da Lousã, Direção do Agrupamento de Escolas e Educadores de Infância dos respetivos Jardins de Infância;
- 2 Dar cumprimento às instruções emanadas pelos serviços competentes da DGEstE e do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra, nomeadamente em matéria de funcionamento desta Componente de Apoio à Família;
- 3 Enviar à Responsável pela Ação Social e à Unidade de Educação da CML, com antecipação de quinze dias relativamente ao início de cada interrupção letiva, uma listagem com as crianças que irão frequentar as Atividades e Animação e de Apoio à Família no referido período;
- 4 Enviar a listagem dos respetivos/as animadores/as até dia 31 de agosto de 2025;
- 5 Garantir que os/as animadores/as estejam devidamente identificados/as com o nome e a entidade a que pertencem;
- 6 Dar conhecimento ao Município da Lousã de eventuais alterações que surjam ao longo do ano, sempre que possível com antecedência ou após 48 horas da respetiva alteração, com conhecimento do Agrupamento de Escolas.
- 7 Acompanhar o lanche das crianças dos Jardins de Infância da Lousã, Stª Rita e Freixo, durante os períodos letivos e não letivos;
- 8 Assegurar o acompanhamento das crianças, por solicitação do Agrupamento de Escolas, nas ausências previstas dos educadores de infância, atendendo às seguintes circunstâncias, de acordo com o Regulamento do Agrupamento de Escolas da Lousã:
 - a) Com aviso mínimo de dois dias úteis de antecedência;
 - b) No máximo de cinco dias consecutivos, com o apoio da assistente operacional de sala;
- 9 Assegurar a qualidade das atividades, respeitando os princípios educativos e pedagógicos da educação pré-escolar.

- 10** Garantir a segurança e o bem-estar das crianças durante todo o período de prestação do serviço.
- 11** Enviar o plano de atividades estruturado e ajustado às necessidades das crianças, ao Município da Lousã e ao Agrupamento de Escolas, até ao dia 17 de outubro de 2025.
- 12** Cumprir o plano de atividades apresentado e aprovado pela entidade contratante.
- 13** Assumir e proporcionar ações de formação adequadas aos recursos humanos.
- 14** Promover uma comunicação eficaz com os encarregados de educação e com a coordenação educativa do município.
- 15** Manter um registo de assiduidade das crianças e dos técnicos afetos ao serviço
- 16** Remeter informação sobre as atividades que decorrem fora das instalações escolares para efeitos de seguro escolar.
- 17** Garantir a limpeza dos espaços (Salas, WC'S e Halls) durante os períodos letivos e não letivos.
- 18** Garantir o cumprimento das regras constantes do Código de Práticas Internacionais Recomendadas – Princípios Gerais de Higiene Alimentar (Norma ISO 22000), por parte das monitoras, quando se encontram no interior dos Refeitórios Escolares, durante os períodos de interrupção letiva, especificando:
- a) Uso de bata;
 - b) Uso de touca, com proteção de todo o cabelo;
 - c) Unhas limpas curtas e sem verniz;
 - d) Não utilização de adornos (anéis, brincos, pulseiras, colares, relógios, piercings, entre outros).
 - e) Proteção de feridas, cortes e arranhões nas mãos;
 - f) Comunicação de eventuais doenças infetocontagiosas.
- 19** Responder de forma célere e eficaz a eventuais ocorrências ou necessidades identificadas pela entidade contratante.
- 20** Assegurar a proteção de dados pessoais, nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD – Regulamento (UE) 2016/679), garantindo a confidencialidade, integridade e segurança da informação relativa às crianças, encarregados de educação e demais elementos da comunidade educativa.

2.2.9 Monitorização e Avaliação

- 1** A Supervisão pedagógica e acompanhamento das atividades desenvolvidas nas Atividades de Animação e de Apoio à Família é da competência do Agrupamento de Escolas.
- 2** O prestador deverá assegurar mecanismos de monitorização e avaliação contínua do serviço, incluindo relatórios periódicos sobre o funcionamento das AAAF, a participação das crianças e a avaliação das atividades desenvolvidas, nomeadamente através de:

- a) Envio ao Município da Lousã de Registos de assiduidade das crianças e dos profissionais, mensalmente até ao dia 08;
- b) Envio de relatórios ao Município da Lousã e ao Agrupamento de Escolas:
 - execução do serviço do ano de 2025 até ao dia 8 de janeiro de 2026.
 - execução do serviço do ano de 2026 até ao dia 08 de agosto de 2026.
- c) Relatórios de incidentes ou ocorrências relevantes.

3 O serviço será supervisionado pela entidade contratante, que poderá realizar visitas regulares para garantir a qualidade das atividades.

2.2.10 Material e Equipamento

1. O prestador deverá garantir e disponibilizar os materiais básicos necessários para a realização das atividades propostas, incluindo jogos, materiais lúdicos - pedagógicos, desportivos e de expressão artística.
2. Sempre que necessário, poderá ser utilizado o material já existente nas escolas, desde que autorizado pela entidade contratante, articulado previamente.
3. O prestador deve respeitar e manter em boas condições os espaços disponibilizados para a realização das AAAP.

2.2.11. Normas de Segurança e Proteção

1. O prestador de serviços deverá cumprir as normas de segurança e proteção infantil em vigor, garantindo que todas as atividades decorrem num ambiente seguro e adequado às crianças.
2. Todos os profissionais afetos ao serviço deverão possuir certificado de registo criminal atualizado, conforme exigido pela legislação aplicável para o trabalho com menores.

2.2.12 Duração e Condições do Contrato

1. O contrato terá a duração de 11 meses e decorrerá durante o ano letivo 2025/2026, com início a 1 de setembro de 2025 e término a 31 de julho de 2026.
2. O prestador deve garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos e a manutenção da qualidade ao longo de todo o período de execução do serviço.

2.2.13 Requisitos Mínimos Necessários à Prestação do Serviço

A entidade contratada deve cumprir os seguintes requisitos mínimos para garantir a qualidade, segurança e eficácia do serviço prestado:

- 1 Qualificação e Experiência da Entidade Contratada
 - a) Ser uma entidade legalmente constituída, com experiência comprovada na prestação de serviços definida no Objeto do Contrato (dinamização das Atividades de Animação e Apoio à Família em estabelecimentos de educação pré-escolar).

- b) Possuir histórico de prestação de serviços semelhantes em estabelecimentos de ensino ou em contextos educativos e sociais.
- c) Apresentar evidências de boas práticas na execução de atividades lúdico-pedagógicas dirigidas a crianças em idade pré-escolar.

2.2.14. Valor Base estimado

Para o ano letivo de 2025/2026, o valor base estimado foi calculado, tendo como referência o número de alunos total do pré-escolar do ano letivo anterior, nomeadamente no Jardim de Infância das Fontainhas, 45 alunos, estima-se a constituição de 1 grupo e uma previsão de 10 crianças extra acordo.

2.2.15. Condições de pagamento

1. Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 60 (sessenta) dias úteis em relação à data do respetivo vencimento.
2. Os pagamentos serão mensais.
3. A fatura só poderá ser apresentada no final de cada mês, tendo a descrição do serviço efetuado e respetivo local, durante o mês em questão.

2.3 Lote 3

Aquisição de serviços Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF Jardim de Infância de Serpins

2.3.1 Objeto do Contrato

A presente prestação de serviços tem como objeto a dinamização das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) em estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Município da Lousã, nomeadamente no Jardim de Infância de Serpins um serviço de qualidade, adequado às necessidades das crianças e das famílias.

2.3.2 Destinatários

Crianças que frequentam a educação pré-escolar nos estabelecimentos de ensino da rede pública do Município da Lousã, nomeadamente no Jardim de Infância de Serpins.

1. O número de grupos a constituir é igual ao número inteiro superior mais próximo do resultado da divisão do número de crianças por 30, podendo os grupos, fisicamente, chegar a um número superior ou inferior, a definir por acordo entre as partes, e salvaguardadas eventuais situações excecionais.

2.3.3 Modelo de Funcionamento

1. O prestador deverá organizar as atividades garantindo um funcionamento contínuo e devidamente estruturado, sem interrupções que prejudiquem a rotina das crianças.

2. As atividades devem ser organizadas de forma rotativa, assegurando diversidade e equilíbrio entre momentos de lazer, movimento e descanso.

2.3.4 Período de Funcionamento

- 1 O serviço funcionará de acordo com o calendário escolar definido pelo Agrupamento de Escolas da Lousã e pelas orientações municipais.
- 2 As AAAPF deverão decorrer nos seguintes períodos:
 - a) Antes do início das atividades letivas diárias (antecipação de horário): tendencialmente entre as 7h30 e as 9h00.
 - b) Após o término das atividades letivas diárias, das 15h00 às 19h00.
 - c) Durante as pausas letivas, conforme necessidade e disponibilidade das escolas e das famílias, das 7h30 às 19h00, incluindo o acompanhamento na hora de almoço.

2.3.5 Local de Prestação do Serviço

O serviço será prestado nas instalações dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Município da Lousã, nomeadamente no Jardim de Infância de Serpins utilizando as salas, recreios cobertos e descobertos e outros espaços adequados ao desenvolvimento das atividades:

1. Jardim de Infância de Serpins, sito no Largo da Feira dos Bois, 3200-318 Serpins.

2.3.6 Tipologia das Atividades

As atividades a desenvolver devem ser de carácter:

1. Lúdico-pedagógico, promovendo a criatividade, a expressão artística, a motricidade e a socialização.
2. Cultural e recreativo, incluindo expressões plásticas, dramáticas e musicais, jogos tradicionais, contos e dramatizações.
3. Desportivo e motor, com dinâmicas de movimento, dança e atividades de coordenação motora.
4. Relaxamento e bem-estar, garantindo momentos de descanso e descontração para as crianças.

2.3.7 Recursos Humanos

O prestador de serviços deverá assegurar a presença de profissionais qualificados, nomeadamente:

1. Técnicos com formação mínima ao nível do 12.º ano, preferencialmente com formação superior na área da educação, animação sociocultural, desporto ou áreas afins, devidamente credenciados, e domínio da língua portuguesa escrita e falada;

2. A proporção mínima de técnicos por criança deverá respeitar a legislação em vigor, garantindo um acompanhamento seguro e individualizado.

2.3.8 Obrigações do Prestador de Serviço

O prestador de serviço compromete-se a:

- 1 Assumir a responsabilidade direta na guarda e vigilância das crianças inscritas nas Atividades de Animação e de Apoio à Família, desenvolvendo através de programas específicos, atividades de carácter lúdico, cultural e recreativo, em interligação com o Município da Lousã, Direção do Agrupamento de Escolas e Educadores de Infância dos respetivos Jardins de Infância;
- 2 Dar cumprimento às instruções emanadas pelos serviços competentes da DGEstE e do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra, nomeadamente em matéria de funcionamento desta Componente de Apoio à Família;
- 3 Enviar à Responsável pela Ação Social e à Unidade de Educação da CML, com antecipação de quinze dias relativamente ao início de cada interrupção letiva, uma listagem com as crianças que irão frequentar as Atividades e Animação e de Apoio à Família no referido período;
- 4 Enviar a listagem dos respetivos/as animadores/as até dia 31 de agosto de 2025;
- 5 Garantir que os/as animadores/as estejam devidamente identificados/as com o nome e a entidade a que pertencem;
- 6 Dar conhecimento ao Município da Lousã de eventuais alterações que surjam ao longo do ano, sempre que possível com antecedência ou após 48 horas da respetiva alteração, com conhecimento do Agrupamento de Escolas.
- 7 Acompanhar o lanche das crianças dos Jardins de Infância da Lousã, Stª Rita e Freixo, durante os períodos letivos e não letivos;
- 8 Assegurar o acompanhamento das crianças, por solicitação do Agrupamento de Escolas, nas ausências previstas dos educadores de infância, atendendo às seguintes circunstâncias, de acordo com o Regulamento do Agrupamento de Escolas da Lousã:
 - a) Com aviso mínimo de dois dias úteis de antecedência;
 - b) No máximo de cinco dias consecutivos, com o apoio da assistente operacional de sala;
- 9 Assegurar a qualidade das atividades, respeitando os princípios educativos e pedagógicos da educação pré-escolar.
- 10 Garantir a segurança e o bem-estar das crianças durante todo o período de prestação do serviço.
- 11 Enviar o plano de atividades estruturado e ajustado às necessidades das crianças, ao Município da Lousã e ao Agrupamento de Escolas, até ao dia 17 de outubro de 2025.
- 12 Cumprir o plano de atividades apresentado e aprovado pela entidade contratante.
- 13 Assumir e proporcionar ações de formação adequadas aos recursos humanos.

14 Promover uma comunicação eficaz com os encarregados de educação e com a coordenação educativa do município.

15 Manter um registo de assiduidade das crianças e dos técnicos afetos ao serviço.

16 Remeter informação sobre as atividades que decorrem fora das instalações escolares para efeitos de seguro escolar.

17 Garantir a limpeza dos espaços (Salas, WC'S e Halls) durante os períodos letivos e não letivos.

18 Garantir o cumprimento das regras constantes do Código de Práticas Internacionais Recomendadas – Princípios Gerais de Higiene Alimentar (Norma ISO 22000), por parte das monitoras, quando se encontram no interior dos Refeitórios Escolares, durante os períodos de interrupção letiva, especificando:

- a)** Uso de bata;
- b)** Uso de touca, com proteção de todo o cabelo;
- c)** Unhas limpas curtas e sem verniz;
- d)** Não utilização de adornos (anéis, brincos, pulseiras, colares, relógios, piercings, entre outros).
- e)** Proteção de feridas, cortes e arranhões nas mãos;
- f)** Comunicação de eventuais doenças infetocontagiosas.

19 Responder de forma célere e eficaz a eventuais ocorrências ou necessidades identificadas pela entidade contratante.

20 Assegurar a proteção de dados pessoais, nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD – Regulamento (UE) 2016/679), garantindo a confidencialidade, integridade e segurança da informação relativa às crianças, encarregados de educação e demais elementos da comunidade educativa.

2.3.9 Monitorização e Avaliação

1 A Supervisão pedagógica e acompanhamento das atividades desenvolvidas nas Atividades de Animação e de Apoio à Família é da competência do Agrupamento de Escolas.

2 O prestador deverá assegurar mecanismos de monitorização e avaliação contínua do serviço, incluindo relatórios periódicos sobre o funcionamento das AAAP, a participação das crianças e a avaliação das atividades desenvolvidas, nomeadamente através de:

- a)** Envio ao Município da Lousã de Registos de assiduidade das crianças e dos profissionais, mensalmente até ao dia 08;
- b)** Envio de relatórios ao Município da Lousã e ao Agrupamento de Escolas:
 - execução do serviço do ano de 2025 até ao dia 8 de janeiro de 2026.
 - execução do serviço do ano de 2026 até ao dia 08 de agosto de 2026.
- c)** Relatórios de incidentes ou ocorrências relevantes.

- 3 O serviço será supervisionado pela entidade contratante, que poderá realizar visitas regulares para garantir a qualidade das atividades.

2.3.10 Material e Equipamento

1. O prestador deverá garantir e disponibilizar os materiais básicos necessários para a realização das atividades propostas, incluindo jogos, materiais lúdicos - pedagógicos, desportivos e de expressão artística.
2. Sempre que necessário, poderá ser utilizado o material já existente nas escolas, desde que autorizado pela entidade contratante, articulado previamente.
3. O prestador deve respeitar e manter em boas condições os espaços disponibilizados para a realização das AAAP.

2.3.11 Normas de Segurança e Proteção

- 1 O prestador de serviços deverá cumprir as normas de segurança e proteção infantil em vigor, garantindo que todas as atividades decorrem num ambiente seguro e adequado às crianças.
- 2 Todos os profissionais afetos ao serviço deverão possuir certificado de registo criminal atualizado, conforme exigido pela legislação aplicável para o trabalho com menores.

2.3.12 Duração e Condições do Contrato

1. O contrato terá a duração de 11 meses e decorrerá durante o ano letivo 2025/2026, com início a 1 de setembro de 2025 e término a 31 de julho de 2026.
2. O prestador deve garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos e a manutenção da qualidade ao longo de todo o período de execução do serviço.

2.3.13 Requisitos Mínimos Necessários à Prestação do Serviço

A entidade contratada deve cumprir os seguintes requisitos mínimos para garantir a qualidade, segurança e eficácia do serviço prestado:

- 1 Qualificação e Experiência da Entidade Contratada
 - a) Ser uma entidade legalmente constituída, com experiência comprovada na prestação de serviços definida no Objeto do Contrato (dinamização das Atividades de Animação e Apoio à Família em estabelecimentos de educação pré-escolar).
 - b) Possuir histórico de prestação de serviços semelhantes em estabelecimentos de ensino ou em contextos educativos e sociais.
 - c) Apresentar evidências de boas práticas na execução de atividades lúdico-pedagógicas dirigidas a crianças em idade pré-escolar.

2.3.14. Valor Base estimado

Para o ano letivo de 2025/2026, o valor base estimado foi calculado, tendo como referência o número de alunos total do pré-escolar do ano letivo anterior, nomeadamente no Jardim de Infância de Serpins, 39 alunos, estima-se a constituição de 1 grupo e uma previsão de 10 crianças extra acordo.

2.3.15. Condições de pagamento

1. Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 60 (sessenta) dias úteis em relação à data do respetivo vencimento.
2. Os pagamentos serão mensais.
3. A fatura só poderá ser apresentada no final de cada mês, tendo a descrição do serviço efetuado e respetivo local, durante o mês em questão.

2.4 Lote 4

Aquisição de serviços Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC

2.4.1 Objeto do Contrato

1. Assegurar a realização das AEC em todos os estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo do Município da Lousã.
2. Promover o desenvolvimento global dos alunos através de atividades complementares ao currículo, contribuindo para a aquisição de novas competências e a valorização de aprendizagens diversificadas.
3. As atividades devem ser organizadas conforme as orientações do Ministério da Educação, garantindo acesso equitativo e condições adequadas para a aprendizagem.
4. O serviço deve garantir universalidade, ou seja, estar disponível para todos os alunos inscritos, independentemente do número de participantes por atividade, assegurando a inclusão e participação de todas as crianças, garantindo atividades adaptadas às suas necessidades e interesses.
5. Facilitar a conciliação entre a vida profissional e familiar, assegurando um funcionamento adequado à realidade das escolas e das famílias.

2.4.2 Organização e Funcionamento das Atividades

1 O serviço deve assegurar a realização das AEC nos dias letivos, em horário compatível com a organização do Agrupamento de Escolas e em articulação com o horário escolar dos alunos.

2 Cada atividade deve seguir um plano pedagógico estruturado, com objetivos de aprendizagem bem definidos, planificados, e implementadas de forma estruturada, garantindo:

- a) A diversidade de oferta, promovendo aprendizagens no domínio:
 - Desportivo

- Artístico/criativo - Música
 - Artístico/criativo - Dança, Música, Teatro e Expressão plástica
 - Científico e Tecnológico
 - Saúde mental
- b) O equilíbrio entre atividades lúdicas e pedagógicas, respeitando o desenvolvimento e bem-estar dos alunos.
- c) A participação ativa dos alunos, promovendo o envolvimento e a motivação para a aprendizagem.
- 3 Deve existir uma comunicação e articulação com os docentes titulares da turma, os técnicos das AEC e os respetivos departamentos curriculares.
- 4 O serviço deve prever um plano de contingência para situações imprevistas, como ausência de técnicos ou encerramento temporário das atividades.
- 5 Deve ser assegurada a cobertura integral dos horários estabelecidos, evitando falhas na prestação do serviço.
- 6 O prestador deve prever um mecanismo de substituição rápida para casos de falta ou impedimento de técnicos.

2.4.3 Tipologia das Atividades

1 As AEC devem incluir um conjunto de atividades enquadradas nas seguintes áreas de desenvolvimento:

- a) Desportivo - Promoção de atividade física e desportiva, através de jogos de motricidade, movimento e cooperação, estimulando hábitos de vida saudável e o desenvolvimento motor.
- b) Artístico/criativo - desenvolvimento da criatividade através da música, dança, teatro, artes plásticas e outras formas de expressão.
- c) Científico e Tecnológico - Ciência, Robótica e Programação.
- d) Saúde mental - Atividades de autoconhecimento e relacionamento interpessoal.

2 A definição das atividades deve ser feita em articulação com os estabelecimentos de ensino, garantindo o alinhamento com o projeto educativo do Agrupamento de Escolas e as necessidades da comunidade escolar.

3 As AEC e a respetiva duração semanal são as seguintes:

Domínio	Descrição da AEC	Organização	Ano/Horas semanais
Desportivo	Jogos de motricidade, movimento e cooperação	Anual	1º ano: 2h 2º ano: 2h 3º ano: 2h 4º ano: 2h

Artístico/ Criativo	Música e Movimento	Anual	1.º ano: 1h 2.º ano: 1h 3.º ano: 1h 4.º ano: 1h
Artístico/ Criativo	Atividade lúdico-expressivas expressão plástica, dança, música, teatro	Anual	1º ano: 1h 2º ano: 1h 3º ano: 1h 4º ano: 1h
Científico e tecnológico	Ciência e Robótica e Programação	Semestral	1.º ano: 1h 2.º ano: 1h 3.º ano: 1h 4.º ano: 1h
Saúde Mental	Atividades de autoconhecimento e relacionamento interpessoal	Semestral	1.º ano: 1h 2.º ano: 1h 3.º ano: 1h 4.º ano: 1h

2.4.4 Recursos Humanos e Perfil dos Técnicos

- 1 O prestador deve garantir a disponibilização de técnicos qualificados para a dinamização das AEC, com formação e experiência nas áreas das atividades propostas.
- 2 Deve haver um coordenador pedagógico responsável por supervisionar a qualidade do serviço, articular com o Agrupamento de Escolas e garantir o cumprimento dos objetivos do contrato.
- 3 Os técnicos devem possuir:
 - a) Habilitações académicas e profissionais adequadas à atividade a desenvolver, e domínio da língua portuguesa escrita e falada;
 - b) Preferencialmente, experiência pedagógica na área educativa e na dinamização de atividades com crianças do 1.º ciclo do ensino básico.
 - c) Registo criminal atualizado, conforme exigido pela legislação para trabalho com menores.

2.4.5 Condições Logísticas e Materiais

O prestador deve garantir a disponibilização dos materiais necessários para a realização das atividades, assegurando diversidade e qualidade dos recursos pedagógicos.

1. Deve ser assegurado o uso responsável e adequado dos espaços escolares disponibilizados para a realização das AEC.
2. Todas as atividades devem ser planeadas e desenvolvidas garantindo o cumprimento das normas de segurança e higiene aplicáveis.

2.4.6 Critérios de Qualidade e Monitorização

1. A supervisão pedagógica e acompanhamento da execução das AEC's no 1.º CEB é competência do Agrupamento de Escolas.
2. A contratação do serviço inclui a participação dos professores em reuniões de avaliação e outras convocadas pelo Município, através da equipa responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, bem como pela Direção do Agrupamento de Escolas.
3. O prestador deve garantir a qualidade das atividades e a satisfação dos alunos, implementando mecanismos de avaliação contínua, incluindo:
 - a) Relatórios trimestrais ou semestrais de acordo com o calendário escolar em vigor.
 - b) Relatórios de incidentes ou ocorrências relevantes.
- 4 O Município poderá realizar auditorias e visitas de acompanhamento para verificar o cumprimento das especificações técnicas e pedagógicas.

2.4.7 Obrigações da Entidade Contratada

1. Cumprir as orientações programáticas e referentes a material didático, divulgadas no site do Ministério da Educação e acessíveis a partir de www.min-edu.pt,
2. Implementar as AEC em parceria com o Agrupamento de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico;
3. Garantir a proteção de dados pessoais, nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD – Regulamento (UE) 2016/679), garantindo a confidencialidade, integridade e segurança da informação relativa às crianças e às famílias.
4. Responder de forma célere a quaisquer ocorrências ou necessidades identificadas pela entidade contratante.

2.4.8 Duração e Condições do Contrato

1. O contrato terá início a 12 de setembro de 2025 e término a 26 de junho de 2026.
2. O prestador deve garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos e a manutenção da qualidade ao longo de todo o período de execução do serviço.

2.4.9 Requisitos Mínimos Necessários para a Prestação do Serviço

A entidade contratada deve garantir o cumprimento dos seguintes requisitos mínimos para assegurar a qualidade, segurança e eficiência das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Requisitos Mínimos da Entidade Prestadora do Serviço:

1. Ser uma entidade legalmente constituída e devidamente registada para a prestação de serviços educativos.
2. Possuir experiência comprovada na implementação de atividades educativas destinadas ao público do 1.º ciclo do ensino básico.
3. Dispor de recursos humanos qualificados e em número suficiente para garantir a realização das atividades conforme o planeamento estabelecido.
4. Ter capacidade logística e organizacional para garantir a operacionalização do serviço em todas as escolas abrangidas.
5. Possuir seguro de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho para todos os profissionais afetos ao serviço.

2.4.10. Valor Base estimado:

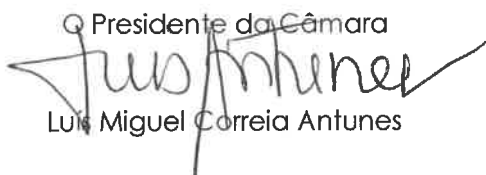
Para o ano letivo de 2025/2026, o valor base estimado foi calculado, tendo como referência o número de turmas do 1.º CEB do ano letivo anterior, 27 turmas, estima-se o aumento da rede escolar e consequentemente o aumento de n.º de turmas, para 28 turmas.

Reforça-se que o valor previsto para as AEC durante o ano letivo 2025/2026, vai ter como referência o número de alunos estimados por estabelecimento de ensino do 1.º CEB, e o n.º de turmas respetivamente, definido pela rede escolar 2025/2026, podendo o valor base estimado sofrer alterações.

2.4.11. Condições de pagamento

1. Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 60 (sessenta) dias úteis em relação à data do respetivo vencimento.
2. Os pagamentos serão mensais.
3. A fatura só poderá ser apresentada no final de cada mês, tendo a descrição dos serviços efetuados durante o mês em questão.

Lousã, 8 de julho de 2025

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Correia Antunes